

GT58: Pandemia silenciosa: o impacto do novo coronavírus na saúde mental em tempos de pandemia e pós-pandemia de Covid-19

Érica Quinaglia, Sônia W. Maluf

Este GT visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental nos contextos de enfrentamento à pandemia de Covid-19 e de pós-pandemia. Apresentada como uma outra pandemia, subjacente e paralela à de Covid, as questões de saúde mental têm aparecido como problemas emergentes nas políticas de saúde no país e em nível global. Torna-se premente a compreensão antropológica dos impactos específicos que esses contextos trouxeram para a saúde mental; a análise sobre o quanto a saúde mental se torna uma linguagem e um modelo explicativo para questões mais amplas de sofrimento social; o escrutínio sobre quais são os caminhos futuros para políticas de saúde mental e para a emergência de novas práticas, experiências e saberes sobre esse tema. A proposta comporta, de um lado, práticas e saberes locais, tradicionais e/ou dissidentes de sujeitos e coletividades em relação a saúde/adoecimento/sofrimento mental; e, de outro, políticas públicas, serviços e ações do Estado nesse campo, envolvendo redes de atendimento, dispositivos epidemiológicos, políticas e biopolíticas pretensamente universais e seus modos desiguais de distribuição de direitos. A intenção é ampliar a compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento, práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico sobre esta pandemia silenciosa e sobre o impacto dos contextos de pandemia e pós-pandemia de Covid-19 na saúde mental.

"Temos que lidar com excesso de trabalho, agravamento do estresse, ansiedade, insônia...": os abalos na saúde mental de professoras de escolas públicas de Porto Alegre durante a pandemia de Covid-19

Autoria:

A pandemia da Covid-19 exigiu que as práticas educativas presenciais fossem interrompidas e novas formas de ensino, realizadas remotamente, fossem inseridas no cotidiano das escolas. Neste contexto, todos os atores foram surpreendidos: tanto estudantes e seus familiares, quanto os professores, as coordenações pedagógicas, as equipes diretivas e até mesmo as mantenedoras e os órgãos estatais, como as Secretarias de Educação. No âmbito de uma pesquisa que se direcionava a uma abordagem comparativa entre uma escola pública e uma escola privada no contexto de ensino remoto emergencial, foi possível ter contato com os relatos de professoras de variadas escolas públicas estaduais de Porto Alegre. Em uma perspectiva etnográfica que reacendeu as discussões sobre a realização de etnografias em contextos digitais, foram realizadas entrevistas exploratórias e observações em aulas síncronas online de uma escola estadual. Os relatos escancararam as realidades dessas educadoras e elencaram as diversas questões responsáveis pelo abalo de sua saúde mental. A distância dos estudantes, a carga de trabalho excessiva, as dificuldades financeiras, as duplas e triplas jornadas, as ameaças por parte da Secretaria de Educação, a dificuldade de inserção no ambiente digital e as incertezas sobre a propagação do vírus e a duração da pandemia foram alguns dos pontos que causaram os abalos citados pelas professoras. Em uma das conversas, uma professora descreveu este cenário: "tivemos que nos adaptar a uma nova rotina de trabalho, com novas ferramentas e demandas, além dos ataques à educação e à carreira, dessa forma é humanamente impossível manter uma boa condição de saúde mental". Para a maioria delas, o aumento das situações de estresse, a sobrecarga e a frustração trouxeram na bagagem muita ansiedade, insônia, cansaço e depressão. Além da falta de estrutura e orientações para a realização das aulas virtuais por parte da Secretaria da Educação, as professoras

estaduais gaúchas vêm enfrentando aproximadamente oito anos de salários congelados e 20 meses de salários parcelados. A crise sanitária expôs um sistema que já caminhava para o colapso, devido à falta de investimentos e de diálogo com a comunidade escolar. Diante da falta de uma política pública de assistência psicológica aos educadores, ganha espaço a discussão sobre a Lei Federal nº 13.935/2019, que trata da obrigatoriedade de psicólogos e assistentes sociais nas equipes multiprofissionais de ensino-aprendizagem das escolas.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

